

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO RURAL DO MEIO-NORTE BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTAS¹

Otávio Valentim Balsadi²
Antonio Osvaldo Storel Júnior³
José Graziano da Silva⁴

1 - INTRODUÇÃO

Os Estados do Maranhão e do Piauí estão localizados em uma área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, o chamado Meio-Norte. Como consequência, suas coberturas vegetais apresentam tanto áreas de cerrado, caatinga e matas secas (nas chapadas) como áreas de matas com palmeiras (nos vales úmidos) e também uma cobertura de florestas tropicais e campos inundáveis, indicando uma grande variedade de ecossistemas.

Embora ocupado produtivamente desde o período colonial, somente a partir da segunda metade do século XX houve uma estruturação do espaço econômico do Maranhão. Nos anos cinqüentas, devido a uma série de melhorias na infra-estrutura, houve uma expansão das áreas de lavouras temporárias, notadamente do arroz. Também iniciou-se, a partir da década de 70, a ocupação dos chapadões do sul do Estado, graças à política de valorização das terras. Nesse período, ocorreu um grande processo de pecuarização, apoiado por uma série de incentivos fiscais oferecidos, sobretudo, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A ocupação do Maranhão foi fortemente condicionada pela migração dos nordestinos,

nos anos sessentas, que se estabeleceram no interior do Estado em busca de terra e água, praticando uma agricultura itinerante de subsistência. A expansão de grandes projetos empresariais, principalmente da pecuária e dos reflorestamentos nos anos setentas e oitentas, aliados ao declínio do ciclo do extrativismo vegetal, fecharam a "fronteira agrícola interna" no Estado e forçaram a fixação da área explorada pelo agricultor familiar, provocando um verdadeiro colapso do sistema itinerante de roça no toco⁵.

Várias tentativas de colonização e assentamentos, que introduziram práticas modernas como mecanização e quimificação, enfrentaram problemas relacionados ao ambiente, com solos suscetíveis ao adensamento e à excessiva lixiviação, devido às variações bruscas no nível do lençol freático. Para os agricultores familiares a alternativa mais importante parece ser a associação entre culturas perenes, a criação de pequenos animais, o extrativismo e a agricultura de subsistência, a partir das conquistas científicas sobre os tipos de sistemas agroflorestais mais produtivos nos ambientes maranhenses. Várias Organizações não Governamentais (ONGs) do Estado do Maranhão têm se preocupado com o desenvolvimento de sistemas agroflorestais compatíveis com os princípios da Agroecologia, como uma alternativa à crise do sistema de roça no toco.

A ocupação dos cerrados com a cultura da soja nos anos noventas encontrou pouca resistência de atividades anteriores, já que se tratava de solos muito ácidos, nos quais a agricultura tradicional era muito difícil. Assim, tendo como base a correção da acidez do solo, a quimificação

¹Versão anterior desse texto foi apresentada no XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), realizado em Recife (PE), no período de 05 a 08 de agosto de 2001.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre, Analista da Fundação SEADE (e-mail: otavio@seade.gov.br).

³Engenheiro Agrônomo, Assessor do CEASA/Campinas (e-mail: storelsf@bsnet.com.br).

⁴Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP e Consultor da Fundação SEADE (e-mail: graziano@eco.unicamp.br).

⁵Entendida como a agricultura de subsistência conduzida com baixíssimo nível tecnológico. Normalmente, a área para as culturas é desmatada, com queimada ou não, mas não destocada. Como consequência, o plantio é feito entre os tocos que restaram das árvores, o que não permite a mecanização das atividades de cultivo.

e a mecanização, foi possível a expansão da soja no sul do Estado, que se deu de forma rápida e massiva, voltada para a exportação do grão, que é transportado por via rodoviária até Imperatriz e, de lá, por via ferroviária até o porto de São Luiz.

Mais recentemente, grandes projetos de irrigação com base em incentivos governamentais, tais como os do Tabuleiro São Bernardo, da Baixada Ocidental Maranhense, e do Tabuleiro Salangô, estão em fase de implementação, totalizando 14.172 hectares irrigáveis voltados para a fruticultura de exportação, em cultivos como manga, citros, mamão e coco.

O processo histórico de ocupação do Piauí tem peculiaridades em relação aos outros estados das Regiões Norte e Nordeste, principalmente pelo fato de a ocupação ter se iniciado no interior do Estado, a partir das rotas de penetração de tropeiros nordestinos, expandido-se em direção ao litoral, do centro-sul para o norte do Estado.

Segundo VILELA (2000), além da pecuária extensiva de gado bovino de corte, uma agricultura de subsistência tradicional, com cultivo de mandioca, arroz, milho e feijão (caupí), serviu como base de ocupação. Foi importante, também, o extrativismo vegetal, como o da borracha de maniçoba, hoje extinto, o da cera da carnaúba, hoje muito reduzido, e o de óleo de babaçu.

O Estado do Piauí manteve historicamente as atividades agropecuárias como principal eixo de desenvolvimento econômico, com manejo de baixo padrão tecnológico. Além das já citadas acima, também se destacam outras atividades:

- a) pecuária de pequenos animais - caprinos, ovinos e aves;
- b) a agricultura de produtos locais - frutas típicas (bacuri, cajá, umbu-cajá, mangaba, chichá, cajuí, açai, cupuaçu e urucum, entre outras);
- c) a agricultura comercial/mercado - monocultura de caju e algodão arbóreo.

Essas atividades agropecuárias concentravam-se nas regiões centro, sudeste e norte do Estado, nas áreas de matas com palmeiras e de clima semi-árido. Na região sudoeste, nas áreas de cerrado, permaneceram praticamente conformadas num espaço vazio, de reduzida atividade econômica.

Mais recentemente, a partir de meados dos anos noventas, algumas atividades agropecuárias vêm conquistando maior expressão econômica no Estado:

- a) as áreas de cerrado do sul do Estado estão

sendo rapidamente incorporadas por uma agricultura intensiva, moderna e tecnificada, em decorrência da expansão da soja do oeste baiano e do Centro-Sul do País. Ali se iniciou, também, a retomada da cotonicultura, em bases modernas, associada à cultura da soja;

- b) atividades antes deprimidas economicamente estão sendo retomadas em outro patamar tecnológico (moderno e tecnificado). É o caso da criação de pequenos animais; da pecuária bovina de leite no entorno de Parnaíba; e da produção de frutas típicas, mel e castanha de caju no semi-árido. A maior parte da produção dessas atividades destina-se a nichos de mercado, ou a mercados externos;
- c) uma fruticultura irrigada, moderna e tecnificada, principalmente de manga e citros, desenvolvida no entorno do rio Parnaíba e no vale do Gurgueia; e
- d) a aqüicultura na zona litorânea do Delta do Parnaíba, principalmente a carnicultura para exportação, mas também a piscicultura, no entorno de Teresina, para abastecimento local do consumo de pescado.

Além da atividade agropecuária, também tem crescido a atividade turística no Estado, a partir da capital Teresina, como ponto de partida para o Delta do Parnaíba e para as praias do norte do Estado. No entanto, também há parques arqueológicos, principalmente o de Sete Cidades e o de Serra da Capivara. Esse último conta com 406 sítios arqueológicos com registros da presença humana na América pré-histórica. Embora haja esforços para apoiar o artesanato (em couro) e a produção típica de populações de agricultores familiares locais, com foco no mercado turístico, essas atividades ainda são muito incipientes.

Em resumo, os principais pólos de desenvolvimento do Piauí são a região sul/sudoeste, área de cerrados, com produção de soja e arroz; o litoral, entorno da cidade de Parnaíba, com leite, aqüicultura e frutas; a região de Picos (região semi-árida), onde são produzidos caju (para aproveitamento da castanha), mel de abelhas e pequenos animais; a região de São Raimundo Nonato (também semi-árida), onde são produzidos pequenos animais, mel e mandioca; e a região do médio Parnaíba, entorno da cidade de Teresina, com produção de frutas, pequenos animais e mandioca (VILELA, 2000).

Os Estados do Maranhão e do Piauí estão entre os que apresentam os maiores índices de população residente na área rural. Apesar

do forte êxodo captado pelos Censos Demográficos no período 1991-2000, 40,5% da população maranhense e 37,1% da piauiense ainda residiam em áreas rurais no final do século XX (esses valores eram, respectivamente, 60,0% e 47,1%, em 1991) (Tabela 1).

Outro fato relevante nesses dois Estados é que a população economicamente ativa (PEA) ocupada na agropecuária ainda é muito significativa. No Maranhão, em 1999, a PEA rural ainda superava a urbana e a PEA agrícola (urbana mais rural) superava a PEA não-agrícola (Tabela 2). No Piauí, as participações da PEA rural e da PEA agrícola eram próximas dos 50% (havia ligeira predominância das atividades não-agrícolas e da PEA urbana). Isso indica que, apesar das pessoas terem migrado para as áreas urbanas, elas continuaram com sua ocupação principal na agricultura, pecuária ou extrativismo.

Em função dessas características principais, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas da população rural da Região do Meio-Norte brasileiro nos anos noventa. Mais especificamente, interessa observar qual foi o comportamento das atividades não-agrícolas em dois Estados com fortes características rurais e agrícolas, de forma a subsidiar políticas que promovam um desenvolvimento rural sustentável no Meio-Norte.

2 - EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL

No período 1992-99, a PEA total ocupada⁶ no Estado do Maranhão saltou de 2.111 mil pessoas para 2.388, com um crescimento significativo de 1,7% ao ano (Tabela 2). A PEA rural, especificamente, que responde por mais de 50% da PEA total do Estado, teve um crescimento de

⁶Os dados utilizados neste trabalho são tabulações especiais do Projeto Urbano, elaboradas com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No estudo adotou-se o conceito de PEA restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana e também aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução (DEL GROSSI, 1999; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000). Todos os dados apresentados referem-se à PEA ocupada e, de acordo com o ramo de atividade e local de residência, ela pode ser classificada como agrícola (se ocupada na agropecuária) ou não-agrícola, rural (se residente em áreas rurais) ou urbana.

1,4% ao ano, passando de 1.320 mil pessoas ocupadas para 1.429 mil. O desempenho da PEA rural não-agrícola (taxa de crescimento de 4,2% ao ano) foi o principal responsável pelo cenário observado. No entanto, deve ser ressaltado que a PEA rural agrícola apresentou um comportamento bem razoável, com aumento de 0,4% ao ano no número de pessoas ocupadas. Também a PEA agrícola com residência urbana apresentou bom desempenho, com crescimento de 1,1% no número de ocupados. A expansão de novas atividades agropecuárias no Estado foi responsável pelo cenário observado.

Com isso, no total do Estado, a PEA agrícola, isto é, a PEA ocupada nas atividades agrícolas saltou de 1.224 mil pessoas, em 1992, para 1.236 mil, em 1999 (Tabela 2). É importante salientar que no Maranhão a PEA rural é predominantemente agrícola, pois cerca de 80% dos residentes rurais estavam ocupados na agricultura em 1999. Outro detalhe muito relevante é que a PEA agrícola total (rural e urbana) supera a PEA não-agrícola maranhense, sendo esse um comportamento diferenciado em relação a várias Unidades da Federação. Ou seja, no Maranhão, segundo os dados da PNAD, mais de 50% das pessoas ocupadas trabalham na agricultura (que inclui, além das atividades agrícolas, a pecuária, a silvicultura e o extrativismo vegetal).

Os principais ramos de atividade na ocupação da PEA rural não-agrícola, em 1999, foram, destacadamente, a prestação de serviços, com 115 mil pessoas (ou cerca de um quarto do total), os serviços sociais, com 87 mil pessoas, e o comércio de mercadorias (72 mil pessoas ocupadas), que responderam por mais de 60% do total de ocupados. A seguir aparecem a construção civil, a indústria de transformação e a administração pública. Apesar do comportamento oscilante no período analisado, quase todos os ramos de atividade fecharam os anos noventa com maior número de pessoas ocupadas em relação ao ano de 1992, com exceção das outras atividades industriais e da administração pública (Tabela 3).

Coerentemente com o que foi exposto, nota-se que os setores de estabelecimentos de ensino público, emprego doméstico, construção civil, comércio de alimentos, restaurantes e comércio ambulante foram os maiores empregadores dos residentes rurais ocupados fora da agri-

TABELA 1 - População Residente, por Situação do Domicílio, Estados do Maranhão e do Piauí, 1991 e 2000

Situação do domicílio	Maranhão		Variação 2000/1991	Piauí		Variação 2000/1991
	1991	2000		1991	2000	
População total						
Número	4.930.253	5.638.381	708.128	2.582.137	2.840.969	258.832
%	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
População urbana						
Número	1.972.421	3.355.577	1.383.156	1.367.184	1.787.047	419.863
%	40,0	59,5	-	52,9	62,9	-
População rural						
Número	2.957.832	2.282.804	-675.028	1.214.953	1.053.922	-161.031
%	60,0	40,5	-	47,1	37,1	-

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO (1991 e 2000).

TABELA 2 - População Ocupada¹, Segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade, Estados do Maranhão e do Piauí, 1992-99

Área, situação do domicílio e ramos de atividade	(em mil pessoas)							1992/1999 ² (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Estado do Maranhão	2.111	2.192	2.235	2.241	2.280	2.378	2.388	1,7 ***
Urbano	791	867	878	893	882	912	959	2,1 ***
Agrícola	200	189	230	196	212	185	232	1,1
Não-agrícola	591	677	648	697	670	727	727	2,4 ***
Rural	1.320	1.326	1.357	1.349	1.398	1.465	1.429	1,4 ***
Agrícola	1.024	956	1.002	969	1.008	1.055	1.004	0,4
Não-agrícola	297	370	355	380	390	410	425	4,2 ***
Estado do Piauí	991	1.092	1.093	1.001	1.055	1.082	1.195	1,4 *
Urbano	528	577	595	588	620	613	654	2,4 ***
Agrícola	80	90	96	63	95	95	119	3,6
Não-agrícola	448	488	499	525	524	518	535	2,2 ***
Rural	463	515	497	413	435	469	541	0,2
Agrícola	381	393	385	304	318	364	438	0,1
Não-agrícola	82	121	113	109	117	105	103	1,4

¹PEA restrita.

²***, *, indicam, respectivamente, 5%, e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

TABELA 3 - População Rural Ocupada¹, Segundo o Ramo de Atividade, Estado do Maranhão, 1992-99

Área e ramo de atividade	(em mil pessoas)							1992/1999 ² (% a.a.)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total rural	297	370	355	380	390	410	425	4,2 ***
Indústria de transformação	33	32	32	19	31	41	34	1,1
Indústria da construção	13	26	18	30	27	25	35	10,4 **
Outras atividades industriais	12	17	10	-	9	15	7	-
Comércio de mercadorias	52	72	77	85	84	85	72	4,7 *
Prestação de serviços	67	107	96	101	104	90	115	4,2 *
Serviços auxiliares	6	6	9	10	11	14	16	17,4 ***
Transporte ou comunicação	10	12	20	18	17	20	19	8,7 ***
Serviços sociais	67	69	60	84	73	89	87	4,3 **
Administração pública	29	23	30	21	25	28	27	-0,1
Outras atividades	8	6	-	8	10	5	12	-

¹PEA restrita.

²***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

cultura. Em 1999, eles ocuparam 221 mil pessoas, aproximadamente 50% do total, indicando o enorme peso dos serviços, públicos e privados, e do comércio na ocupação das pessoas, pois é muito baixa a inserção nos ramos industriais, principalmente na indústria de transformação (Tabela 4).

Com exceção do ensino público, os demais setores que mais absorveram mão-de-obra no meio rural no período analisado demandam baixos níveis de qualificação profissional e de escolaridade (emprego doméstico, construção civil e comércio ambulante, principalmente). No entanto, apesar de empregarem um contingente bem menos expressivo, é preciso realçar alguns setores mais especializados, com demanda de mão-de-obra qualificada, como é o caso da administração estadual e municipal, dos serviços de saúde (públicos e privados), do ensino privado e da indústria de alimentos.

No Estado do Piauí, a PEA total ocupada saltou de 991 mil pessoas para 1.195 mil, com um crescimento significativo de 1,4% ao ano no período 1992-99 (Tabela 2). É muito importante perceber a importância dos residentes rurais no total de ocupados e também a forte influência das atividades agrícolas nas ocupações da população piauiense. A PEA rural, especificamente, que respondeu por 45% da PEA total do Estado teve um crescimento de 0,2% ao ano, passando de 463 mil pessoas ocupadas para 541 mil. O desempenho da PEA rural não-agrícola (taxa de crescimento de 1,4% ao ano) foi mais significativo. No entanto, deve ser ressaltado que a PEA rural agrícola apresentou um comportamento razoável, com aumento de 0,1% ao ano no número de pessoas ocupadas. Também a PEA agrícola com residência urbana apresentou bom desempenho, com crescimento de 3,6% no número de ocupados.

Como foi salientado, o desenvolvimento recente de algumas novas atividades agrícolas no Estado, como a expansão da agricultura intensiva do Centro-Sul e do oeste baiano para as áreas de cerrados do sul/sudoeste, o crescimento da importância econômica de atividades como a criação de pequenos animais, a produção de frutas típicas da região, a produção de mel de abelhas e outros produtos apícolas e a produção de castanha de caju, entre outros, certamente contribuíram para o cenário observado.

Com isso, no total do Estado, a PEA

agrícola saltou de 461 mil pessoas, em 1992, para 557 mil, em 1999. É importante salientar que no Piauí, a PEA rural também é predominantemente agrícola, pois cerca de 80% dos residentes rurais estavam ocupados na agricultura em 1999. Outro detalhe muito relevante é que a PEA agrícola total (rural e urbana) representava 47% da PEA total do Estado, sendo esse um comportamento semelhante ao observado no Estado do Maranhão.

Os principais ramos de atividade na ocupação da PEA rural não-agrícola, em 1999, foram, destacadamente, os serviços sociais, com 24 mil pessoas ocupadas, e a prestação de serviços, com 20 mil pessoas, que responderam por cerca de 40% do total de ocupados. A seguir aparecem o comércio de mercadorias, a construção civil e a indústria de transformação. Juntos, os cinco ramos foram responsáveis por, aproximadamente, 80% do total de ocupações (Tabela 5).

O crescimento e a importância do ramo de serviços sociais podem ser explicados, principalmente, pela extensão ao meio rural dos serviços básicos oferecidos pelo poder público, como água, energia elétrica, telefonia, postos de saúde, novas escolas, órgãos de apoio à implementação de políticas públicas, etc. Esse movimento também estimulou o crescimento de ocupações dos residentes rurais na administração pública.

Na prestação de serviços, o setor de emprego doméstico, que é o principal empregador nesse ramo de atividade, ganhou importância relativa ao longo da década. Em 1992, 39% das ocupações na prestação de serviços estavam no emprego doméstico, participação que subiu para 65% em 1999. Na prestação de serviços, ainda podem ser destacados os setores de alfaiataria e restaurantes na ocupação da PEA rural (Tabela 6).

O número de ocupados no ramo do comércio de mercadorias teve crescimento de 2,4% ao ano nos anos noventa. Nesse ramo estão setores muito diversificados, que comercializam mercadorias tanto para o consumo pessoal dos residentes quanto para uso no processo produtivo na agropecuária. Pode-se observar que o principal setor de atividade nesse ramo é o comércio de alimentos (em 1999, respondeu por 50% do total das ocupações, 7 mil pessoas ocupadas). Apesar do comportamento oscilante, também o comércio ambulante tem certo destaque.

Na indústria da construção, o maior crescimento das ocupações ocorreu em 1993,

(em mil pessoas)

Área e setor de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/1999 ² (% a.a.)
Total rural	297	370	355	380	390	410	425	4,2 ***
Subtotal	181	243	216	264	254	267	289	5,4 ***
Estabelecimento de ensino público	46	44	40	50	44	53	57	3,1 *
Emprego doméstico	27	56	50	46	55	39	51	4,1
Construção	13	26	18	30	27	25	35	10,4 **
Comércio de alimentos	23	35	43	37	41	32	29	2,0
Restaurantes	-	14	9	16	12	11	28	-
Comércio ambulante	16	12	15	23	21	25	21	7,9 ***
Administração estadual	10	7	12	5	-	8	11	-
Transporte público	-	5	-	8	7	7	9	-
Assist. técnica - veículos	5	8	8	5	-	9	8	-
Serviços públicos de saúde	9	10	8	11	10	12	8	1,5
Alfaiataria	14	8	6	12	11	9	7	-3,0
Clínicas e ambulatórios	-	-	-	7	-	10	7	-
Ensino privado	6	6	-	8	8	7	7	-
Indústria de alimentos	7	5	7	7	9	11	6	4,0
Administração municipal	5	9	-	-	8	8	6	-

¹PEA restrita.

²***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

TABELA 5 - População Rural Ocupada¹, Segundo o Ramo de Atividade, Estado do Piauí, 1992-99
(em mil pessoas)

Área e ramo de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/1999 ² (% a.a.)
Total rural	82	121	113	109	117	105	103	1,4
Indústria de transformação	10	14	14	24	21	15	12	3,3
Indústria da construção	9	37	16	17	14	11	14	-4,3
Outras atividades industriais	-	3	5	-	-	6	-	-
Comércio de mercadorias	11	16	12	13	18	13	14	2,4
Prestação de serviços	18	14	30	18	25	23	20	3,7
Serviços auxiliares	-	-	-	-	-	-	4	-
Transporte ou comunicação	-	-	-	6	6	6	5	-
Serviços sociais	21	28	23	22	20	18	24	-2,3
Administração pública	7	6	10	6	9	8	8	2,8
Outras atividades	-	-	-	-	-	3	-	-

¹PEA restrita.

²As taxas de crescimento estimadas pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo não foram significativas até o nível de 20% de confiança; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

TABELA 6 - População Rural Ocupada¹, Segundo o Setor de Atividade, Estado do Piauí, 1992-99
(em mil pessoas)

Área e setor de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 ² (% a.a.)
Total rural	82	121	113	109	117	105	103	1,4
Subtotal	58	99	75	74	86	67	67	-0,6
Estabelecimento de ensino público	18	21	18	18	14	12	18	-4,1 *
Construção	9	37	16	17	14	11	14	-4,3
Emprego doméstico	7	5	12	8	12	9	13	9,1 **
Comércio de alimentos	7	12	8	4	12	6	7	-2,5
Administração municipal	7	4	7	3	8	8	7	4,9
Indústria de transformação (outros)	-	6	4	9	12	9	6	-
Alfaiataria	5	6	10	4	-	5	3	-
Indústria de alimentos	-	-	-	6	-	-	-	-
Serviços públicos de saúde	-	4	-	-	-	-	-	-
Comércio ambulante	-	4	-	5	4	4	-	-
Restaurantes	4	-	-	-	5	4	-	-
Indústria de madeiras	-	-	-	-	4	-	-	-

¹PEA restrita.

^{2**} * indicam, respectivamente, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

quando 37 mil pessoas estavam ocupadas. No entanto, vale reforçar que o maior estímulo para isso foi dado pelo fenômeno da seca naquele ano, com a criação de ocupações temporárias (e precárias!) nas "frentes de serviços" destinadas à construção de reservatórios de água, conservação de estradas, entre outras obras, normalmente ligadas ao ramo da construção civil e que incorporam um grande contingente de pessoas.

A responsabilidade pelo crescimento das ocupações no ramo da indústria de transformação (3,3% ao ano no período analisado) pode ser atribuída, em parte, à incorporação pelos agricultores dos processos de transformação por que está passando a agricultura. Esse novo processo demanda a incorporação de serviços ligados a atividades não-agrícolas ao longo da cadeia produtiva, seja no próprio estabelecimento, seja em cooperativas e associações ou em indústrias de transformação instaladas no próprio meio rural. No Piauí, esse fenômeno pode ser observado nas regiões produtoras de frutas, com destaque para a de Picos (principalmente frutas transformadas em doces, compotas, bebidas), na região de Teresina (laranja, limão, manga), na do Alto Médio-Gurguéia (laranja, manga), além do mel de abelhas, principalmente nas regiões de Picos e São Raimundo Nonato, dos pequenos animais (caprinos, ovinos e aves), em todo o Estado, e do processamento da castanha do caju, principalmente nas regiões de Picos e de Teresina (VILELA, 2000).

3 - CONCLUSÕES

O texto mostrou a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas da população rural em uma região formada por dois estados de forte perfil agrícola e rural. Em 2000, apesar do forte êxodo verificado no Meio-Norte brasileiro nos anos noventa, uma alta porcentagem da população ainda vivia em áreas consideradas rurais (40,5% no Maranhão e 37,1% no Piauí). Também a PEA rural e a PEA agrícola total (urbana mais rural) nesses estados ainda eram muito significativas (no Maranhão chegavam a superar a PEA urbana e a PEA não-agrícola ainda em 1999).

Em regiões com esse perfil, de baixo nível de agroindustrialização e poucos pólos urbanos demandadores de bens e serviços rurais, pode-se constatar que o fenômeno do "novo rural" ainda é incipiente. Mesmo com o crescimento das atividades não-agrícolas nas ocupações da PEA rural, no período 1992-99, cerca de 80% dos residentes rurais no Maranhão e no Piauí ainda trabalhavam na agropecuária ao final dos anos noventa.

Mas o fato de o "novo rural" ser incipiente, não significa que não esteja em processo de desenvolvimento desde o início dos anos noventa, pois o ritmo de crescimento das atividades não-agrícolas da PEA rural (4,2% ao ano no Maranhão e 1,4% ao ano no Piauí) foi bem mais elevado do que o verificado para as atividades agrícolas, que ainda tiveram bom desempenho devido à expansão de novas atividades agropecuárias nos dois estados.

Por isso, uma meta a ser buscada pelas

políticas de desenvolvimento rural sustentável refere-se à necessidade de ampliação da participação de atividades não-agrícolas mais dinâmicas, que possam gerar ocupações de melhor qualidade para os residentes rurais. A indústria de transformação e, dentro dela, a agroindústria, com o maior desenvolvimento das principais cadeias produtivas, é uma atividade importante para ser desenvolvida. Por enquanto, as ocupações não-agrícolas da PEA rural no Meio-Norte ainda estão muito dependentes dos serviços (público e privados) e do comércio. No geral, são atividades com pouca exigência de qualificação profissional e que não geram encadeamentos produtivos (*linkages*) sufi-

cientes para dinamizar as economias locais.

Portanto, à luz do que já vem ocorrendo em outros estados brasileiros, onde o "novo rural" já está em patamares mais avançados, é preciso imprimir uma diversificação e dinamização das atividades não-agrícolas no meio rural, que possam dar sustentação a um crescimento endógeno da economia regional no Meio-Norte, onde uma população rural de mais de 3 milhões de pessoas necessita de um desenvolvimento mais equitativo, como solução e alternativa ao forte êxodo rural verificado na última década, quando o número de residentes rurais diminuiu em mais de 800 mil pessoas.

LITERATURA CITADA

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 1.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1991 e 2000.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro**: 1981-1995. Campinas, 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

VILELA, S. L. de O. O meio rural piauiense na virada do século: novos processos, novos atores e novas oportunidades. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. (Ed.). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual - Nordeste. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 2, cap. 2, p. 45-70.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO RURAL DO MEIO-NORTE BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTAS

RESUMO: *A partir da realidade rural dos Estados do Maranhão e do Piauí, onde as populações rurais são muito significativas e a PEA agrícola total chega a superar a PEA não-agrícola (caso do Maranhão), o trabalho tem por objetivo analisar a evolução das ocupações da população rural na região do Meio-Norte ao longo dos anos noventas. Os dados mostram que, apesar do perfil agrícola dos dois Estados analisados, está havendo um crescimento das ocupações nas atividades não-agrícolas, muito embora esse crescimento seja fortemente dependente dos ramos da prestação de serviços, dos serviços sociais e da administração pública. Em função do baixo nível de agroindustrialização da produção agropecuária e à ausência de grandes pólos urbanos demandadores de bens e serviços mais sofisticados do meio rural, as ocupações da população rural continuam muito dependentes das atividades agrícolas e do setor de serviços (públicos e privados).*

Palavras-chave: *população rural, ocupações agrícolas e não-agrícolas, região Meio-Norte.*

REGIONAL DEVELOPMENT AND THE EVOLUTION OF RURAL POPULATION'S OCCUPATIONS IN THE BRAZILIAN MID-NORTH OVER THE 90'S

Informações Econômicas, SP, v.31, n.10, out. 2001.

ABSTRACT: *Based on the rural reality in the states of Maranhão and Piauí, where the rural population is quite significant and the total agricultural Economically Active Population supersedes that of the non-agricultural population, this text intends to analyze the evolution of the number of occupations of Middle-North rural population over the 90's. The figures show that, despite the agricultural profile of these states, some growth in the number of occupations in non-agricultural activities has been taking place, even though this phenomenon is highly dependent on the social services and public administration sectors. In other words, the occupations of this specific rural population remain highly dependent on the agricultural activities and on the service sector (public and private) due both to the low level of industrialization of agricultural production and to the lack of urban hubs demanding sophisticated rural services.*

Key-words: *rural population, agricultural and non-agricultural occupations, Mid-North region.*

Recebido em 03/07/2001. Liberado para publicação em 30/08/2001.